



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



*XLIV CONGRESSO DA SOBER*  
*“Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”*

EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO  
AO DEBATE

MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO;

IEA

SÃO PAULO - SP - BRASIL

macarvalho@iea.sp.gov.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Exportações Agrícolas e Desindustrialização: uma contribuição ao debate  
Grupo de Pesquisa 3: Comércio internacional



Forma de Apresentação: Sessão sem debatedor

## Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate Grupo de Pesquisa 3: Comércio internacional

Resumo: O objetivo do trabalho é contribuir para o debate sobre desindustrialização no Brasil, atribuído à apreciação cambial, que para vários autores, decorre do aumento das exportações agrícolas. Do emprego do método *constant market share* sobre as informações de comércio exterior procedentes da FAO, para o período 1991-2003, chegou-se à conclusão que a exportação agrícola brasileira cresceu a taxa bem superior à potencial, resultado de aumento expressivo da competitividade. Depois da mudança do regime cambial, em 1999, o aumento em competitividade foi em parte neutralizado pelo aumento da participação na pauta de produtos cuja demanda mundial está em declínio. A decomposição do valor exportado mostrou que prevaleceu o efeito do aumento da quantidade, fato mais evidente depois da adoção do câmbio flutuante, porque nessa fase o efeito preço foi negativo. Mesmo descontando o efeito da depreciação real do câmbio, a mudança nos preços internacionais foi desfavorável à agricultura brasileira. O efeito flexibilidade da pauta apresentou sinal negativo em todo o período, o que indica grande participação de produtos em desacordo com a lei geral da oferta, fato mais grave no período recente, quando a maior parte dos produtos cujas exportações aumentaram em volume estava com preço em baixa no mercado internacional.

Palavras-chave: exportação agrícola, desindustrialização, *constant market share*

### 1. Introdução

A expressão “doença holandesa” foi cunhada para expressar as implicações econômicas da coexistência de um setor exportador em franca expansão e outro de crescimento mais vagaroso. O nome decorre da perda relativa de competitividade da indústria holandesa devida à apreciação do florim que se seguiu à descoberta e exploração de grandes jazidas do gás natural na década de 1960. A mudança dos preços relativos levou a Holanda a passar por uma etapa de desindustrialização, processo também designado maldição dos recursos naturais.

Na década de 1990 essa doença “... também se espalhou para alguns países latino-americanos; mas a questão central neste caso é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ... mas sim principalmente devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica. Basicamente, ela resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira no contexto de um processo radical de mudança institucional...” (PALMA, 2005, p. 20).

O autor acrescenta que o Brasil e os três países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), que eram os países latino-americanos mais industrializados, depois de suas reformas econômicas passaram a apresentar os níveis mais altos de desindustrialização<sup>1</sup>. “O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição Ricardiana “natural”, isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos” (PALMA, 2005, p. 21).

---

<sup>1</sup> Trabalho da CEPAL (2002) sobre o desenvolvimento e globalização já trazia a conclusão que, da América Latina e Caribe, o Brasil e os três países do Cone Sul apresentaram maior grau de desindustrialização após as reformas liberalizantes.

Essa posição Ricardiana “natural” explica boa parte do sucesso do agronegócio brasileiro pós-liberalização comercial fazendo com que, mesmo nas fases de forte apreciação real da taxa de câmbio doméstica, o setor fosse capaz de gerar superávits comerciais expressivos.

Dos superávits agrícolas o Brasil evoluiu para superávits em conta-corrente e ingresso de capitais suficientes para provocar a valorização da moeda local. Pela teoria econômica, num regime de câmbio flutuante espera-se que a moeda valorizada estimule importações de bens e serviços e iniba exportações, de forma que a maior demanda por moeda estrangeira deprecie a moeda local. Na prática isto não aconteceu, e o país continua apresentando superávits recordes, a despeito do câmbio valorizado.

Aqueles ramos da atividade industrial, inaptos para enfrentar a concorrência internacional com câmbio valorizado, vêm perdendo participação na economia e provocando questionamentos sobre a desindustrialização do país. A busca de explicação para esses acontecimentos colocou a agricultura no centro do debate. Para muitos analistas a grandeza da competitividade agrícola é a maior causa da apreciação cambial e, conseqüentemente, da propagação da doença holandesa na economia brasileira.

Nos últimos meses a temática da doença holandesa e desindustrialização dominou o debate econômico no Brasil. O processo está em curso e a proposta deste trabalho é somar uma pequena contribuição. Se a agricultura vem condicionando a dinâmica econômica do Brasil no período recente, inclusive com influência marcante sobre a taxa de câmbio, cabe investigar com mais apuro os determinantes de seu desempenho. Para isso foi empregado o método denominado “constant market share” sobre as estatísticas de exportação agrícola do período 1991-2003.

O emprego do método foi realizado em duas etapas. A primeira para analisar a taxa de crescimento do valor das exportações e identificar a influência do crescimento do comércio mundial, da composição da pauta e da competitividade da agricultura brasileira no mercado internacional.

A segunda etapa segmenta o valor das exportações em seus componentes preço e quantidade para conhecer a influência de cada uma dessas variáveis sobre o desempenho das exportações. Nessa etapa se obtém também o efeito flexibilidade, que reflete as mudanças ocorridas na distribuição da pauta agrícola.

Como a taxa de câmbio é a variável-chave da discussão sobre a doença holandesa e desindustrialização, o método foi aplicado sobre o valor das exportações expresso em dólar e em reais deflacionado pela taxa de câmbio real efetiva. Esses procedimentos visam isolar a influência das variações na taxa de câmbio sobre o valor das exportações agrícolas brasileiras.

## 2. Rumo à Maldição dos Recursos Naturais

“A década do agronegócio”. Essa foi a expressão empregada por NEVES (2004) em artigo publicado no jornal o Estado de São Paulo que exalta a competência adquirida, a tecnologia, a abundância de recursos e coloca um conjunto de desafios que o setor agrícola brasileiro ainda teria que enfrentar para permanecer na trajetória de crescimento que caracterizou os dez anos anteriores<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O vocábulo “agronegócio” foi datado na década de 1990 e reflete a percepção das profundas mudanças porque vinha passando a agricultura brasileira, em particular pela maior crescimento em relação ao restante da economia.

GASQUES, et al (2004) analisaram um conjunto de indicadores que os levou a concluir pela ocorrência de mudança estrutural no setor. Ressaltaram como causas a pesquisa e desenvolvimento, com destaque para o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e as alterações na forma de financiamento e de organização do agronegócio. Nas suas palavras “O agronegócio é claramente um caso de sucesso do país. Sua competitividade internacional é patente em muitas culturas; a produtividade da agropecuária avança, revelada pelo aumento da produção sem correspondente aumento da área plantada; desbrava-se a fronteira agrícola dando perspectiva às regiões do cerrado do Centro-Oeste, e alcançando a área do meio-oeste” (GASQUES et al. 2004, p. 35).

Na mesma linha JANK et. al (2005) afirmaram: “A importância do agronegócio brasileiro, que coloca o país entre as nações mais competitivas do mundo na produção de commodities agroindustriais, com enorme potencial de expansão horizontal e vertical da oferta, é o resultado de uma combinação de fatores, entre eles principalmente investimentos em tecnologia e pesquisa, que levaram ao aumento exponencial da produtividade. Mas outras variáveis tiveram um peso importante na configuração do setor na atualidade, entre elas a redução da intervenção do governo com a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a estabilização da economia após o Plano Real” (JANK et. al, 2005, p. 16).

Esses são apenas alguns exemplos que refletem o entusiasmo pelo desempenho do setor agrícola após a liberalização comercial da década de 1990. Mas o que pode ser considerado bom para o setor será também válido para o conjunto da economia? Em outros termos, não estaríamos diante de um caso de falácia da composição?

Há quem pense que o conjunto da economia está numa trajetória de risco, por consequência da própria liberalização comercial que impulsionou o setor agrícola a esse desempenho tido como espetacular. Nessa interpretação, a realocação de recursos que sucedeu a abertura levou ao processo de desindustrialização das economias menos desenvolvidas, cuja indústria ainda era insipiente e, portanto, incapaz de enfrentar a concorrência internacional.

Esse alerta levou à reabertura do debate sobre o desenvolvimento, que esteve ausente do discurso econômico durante a longa hegemonia do pensamento neoliberal. Nesse período, sob influência das instituições financeiras internacionais, o mundo passou por uma fase de crença generalizada nas forças do mercado como promotoras da melhor alocação de recursos. No plano das trocas internacionais, a liberalização comercial e financeira era considerada melhor alternativa para alcançar os objetivos de crescimento, diversificação da produção e da exportação, bem como para reduzir as diferenças de nível de desenvolvimento entre países.

Para a América Latina, em particular, a liberalização era considerada fundamental para reparar os danos decorrentes da implementação do modelo de substituição de importações. O argumento é que a mudança na estrutura de incentivos levaria ao aumento e diversificação da produção, mas também à melhoria de produtividade devido à importação de tecnologia através das trocas comerciais.

A realidade mostrou que a adoção das reformas liberalizantes preconizadas trouxe resultados desapontadores para a maior parte dos países. O crescimento econômico esperado não aconteceu, o desemprego aumentou em muitos países, a proporção dos investimentos na renda caiu, apesar do aumento do investimento direto estrangeiro<sup>3</sup>. Além disso, aconteceu o que SHAFÄEDDIN (2005) chamou de desindustrialização prematura.

---

<sup>3</sup> SHAFÄEDDIN (1995) argumenta que os investimentos diretos estrangeiros podem não resultar em aumento da capacidade de produção se forem destinados para aquisição de ativos existentes. Diz que isso aconteceu

A experiência histórica mostra que o desenvolvimento econômico é um processo que leva a grandes mudanças na estrutura de emprego. Na fase inicial, devido ao aumento da produtividade na agricultura, a mão-de-obra desse setor começa a ser liberada, e é absorvida principalmente pela indústria, o que caracteriza a fase da industrialização da economia. A participação do emprego industrial cresce até atingir determinado patamar e depois passa a cair. É a etapa de desindustrialização natural, em que o declínio da participação da indústria é acompanhado pelo crescimento do setor terciário e implica melhoria do padrão de vida da sociedade<sup>4</sup>.

As mudanças na participação de cada setor no nível de emprego estão relacionadas à correspondente participação do valor adicionado no produto nacional. A desindustrialização é prematura quando há um declínio precoce da relação entre o valor adicionado no setor manufatureiro e o Produto Nacional Bruto (PNB). Os indicadores de SHAFÄEDDIN (2005) mostram que isso aconteceu com o setor industrial da América Latina e da África, com exceção daquelas indústrias que já tinham alcançado estágio avançado de maturidade<sup>5</sup>. “*It is due to the re-orientation of the production structure of the economy from import substitution strategies towards production on the basis of static comparative advantage due to trade liberalization*” (SHAFÄEDDIN, 2005, p. 17)<sup>6</sup>.

O autor acrescenta que em alguns países em desenvolvimento esse processo foi agravado pelo boom de preços de determinadas commodities, como o caso do petróleo na década de 1970 e começo da de 1990, que levou ao declínio da participação das manufaturas no PNB e no emprego.

Maldição dos recursos naturais é outra forma de referência à doença holandesa, e recebeu este nome porque reflete um paradoxo. A riqueza em recursos naturais, que em princípio é uma bênção, pode inibir ou estancar o desenvolvimento da indústria, com implicações desastrosas sobre o nível de emprego. “A Holanda, depois de sua descoberta de gás e petróleo, viu-se vitimada por crescente desemprego e incapacitação da força-de-trabalho... Quando o câmbio dispara, devido a uma explosão no crescimento dos recursos naturais, os países não conseguem exportar artigos de sua indústria de transformação ou mercadorias agrícolas, e os produtores domésticos não podem competir com a enxurrada de importações” (STIGLITZ, 2004)<sup>7</sup>.

Bresser Pereira considera que no Brasil atual a doença holandesa não tem tanta gravidade como na Venezuela ou Arábia Saudita porque o país não é grande exportador de

---

principalmente na América Latina onde “...the attraction of FDI has been accompanied by crowding out of investment by national entrepreneurs” (SHAFÄEDDIN, 2005, p. 14)

<sup>4</sup> Segundo PALMA (2005) “O ponto de partida dessa abordagem para a desindustrialização é o U invertido desenvolvido por Rowthorn (1994), que ... definiu a desindustrialização como o declínio no emprego industrial que acontece quando países atingem um certo nível de renda per capita”. O U invertido reflete a participação do emprego industrial ao longo do processo de desenvolvimento.

<sup>5</sup> A EMBRAER é lembrada como um exemplo de indústria que já tinha atingido a maturidade quando da mudança da política econômica.

<sup>6</sup> ROWTHORN e COUTTS (2004) identificaram desindustrialização prematura no Reino Unido, particularmente no setor têxtil e de vestuário, nos produtos de couro e metais básicos. Segundo eles a reestruturação produtiva aconteceu devido às novas fontes de renda como o petróleo do Mar do Norte, o setor de serviços bem como a renda dos investimentos no exterior. Como o influxo de recursos tem sido suficiente para pagar pela importação de alimentos e matéria prima, o problema do déficit comercial em produtos básicos desapareceu, logo a economia não é pressionada a gerar superávit no balanço de produtos manufaturados.

<sup>7</sup> CORDEN e NEARY apresentaram uma análise que, ignorando o aspecto monetário da doença holandesa, enfoca as implicações sobre a alocação de fatores entre os setores da economia, com destaque para a questão do desemprego industrial.

petróleo. “Mas, como possuí recursos naturais abundantes, que possibilitam a produção agrícola e agroindústria a custos baixos, o problema da maldição dos recursos naturais não pode ser subestimado” (BRESSER PEREIRA, 2005a).

A ligação entre exportações agrícolas, câmbio e desempenho da indústria não é novidade no Brasil. Todo o ciclo do café foi marcado por alternâncias entre surtos de industrialização e retrocessos associados ao desempenho do produto no comércio exterior. Os surtos aconteciam em decorrência da subordinação da indústria ao comportamento das exportações: a baixa do preço do café no mercado internacional resultava em crise cambial, dificuldade de importação e estímulo ao desenvolvimento industrial. A fase de alta gerava ingresso maciço de divisas, apreciação da moeda local e arrefecimento do ritmo de crescimento da indústria, mas também facilitava a importação de máquinas e equipamentos que iam instrumentalizar a indústria na fase subsequente. Novidade é empregar as expressões “maldição dos recursos naturais” e “doença holandesa” para definir esses surtos industriais que antecederam a década de 1930, como fez BRESSER PEREIRA (2005b.).

A discussão desse problema, que se restringia ao meio acadêmico, transbordou para a mídia brasileira, a partir do segundo semestre de 2005, em parte devido ao recrudescimento da apreciação cambial<sup>8</sup>. Além de buscar explicação para a persistência dos superávits comerciais, o debate denota a preocupação com o futuro do país. Parece que aquilo que era tido como sucesso até outro dia, passou a ser visto como entrave. A reação de Rubens Ricúpero contra a proposta do Ministério da Fazenda de reduzir tarifas industriais é um exemplo interessante nesse sentido. Argumenta que os superávits produzidos pelos produtos primários “criaram a falsa sensação de segurança”. Acrescenta que “a desindustrialização se origina na política econômica e é fruto inelutável, embora implícito, desse contraprojeto de país, cujo desdobramento é a proposta da Fazenda para reduzir as tarifas industriais” (RICUPERO, 2005).

A doença holandesa, num ambiente de desregulamentação dos fluxos de capitais, tem o componente financeiro como complicador. BARROS (2005) argumenta que nos casos antigos de doença holandesa o natural ajuste da economia fazia com que as taxas de juros caíssem abaixo das do mercado internacional. Na atualidade o componente especulativo amplifica o efeito dos superávits comerciais sobre a taxa de câmbio, criando uma armadilha nova para as nações exportadoras de recursos naturais. Acrescenta que o Brasil enfrenta ainda o agravante de combinar superávits comerciais com taxas de juros estratosféricas. Daí conclui que “ter juros mais baixos é a primeira linha de defesa contra a valorização excessiva”.

PASTORE e PINOTTI (2006) consideram que “A valorização do real seria inevitável mesmo com taxas domésticas de juros muito mais baixas, em razão do choque externo que vem valorizando inexoravelmente o câmbio real.” Para eles, o choque externo provém do aumento dos preços internacionais das commodities e das importações mundiais, fatos que elevaram as exportações brasileiras gerando superávits em conta-corrente e valorização a moeda.

O que todas essas contribuições mostraram é a preocupação com a perda de importância da indústria, que se dá ao mesmo tempo em que o agronegócio cresce. Embora a maior parte das análises seja recente, motivada pelo agravamento deste problema, o processo

---

<sup>8</sup> Em 21/05/2004 a taxa de câmbio nominal estava em R\$3,20/US\$. Daí em diante, com pequenas flutuações, passou por um processo persistente de apreciação que chegou a R\$ 2,138 em 14/02/06 (terça-feira) e fez VIEIRA (2006) prever o preço de R\$ 2,10 até o final da semana.



começou há bastante tempo<sup>9</sup>. Pesquisa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), desenvolvida para investigar a desindustrialização no Brasil, constatou que o início da queda da participação da indústria aconteceu já na década de 1980, resultado do esforço de estabilização diante do processo inflacionário.

Para o IEDI (2005) a desindustrialização é relativa e a razão dessa qualificação é que o processo foi parcial: atingiu os têxteis, material elétrico e eletrônico, ramos tradicionais da indústria brasileira, enquanto aumentou a especialização da indústria brasileira em setores intensivos em recursos naturais. Conclui que “o dinamismo industrial vem dependendo nos últimos anos de um menor número de atividades industriais. Este poderá ser considerado um sintoma de “desindustrialização relativa” no período recente” (IEDI, 2005, p. 13)<sup>10</sup>”.

Conclusões semelhantes às do IEDI resultaram do trabalho de Shafaeddin, para quem os programas de ajuste estrutural (SAPs), recomendados pelo Banco Mundial e aplicados nas economias da América Latina, tiveram como objetivo aumentar a eficiência, promover o crescimento e, à medida que indústrias ineficientes desaparecessem, naturalmente serem substituídas pelas eficientes. “*The problem is that it is static comparative advantage, rather than dynamic comparative advantage which is at the back of mind of designers of SAPs*” (SHAFEAEDDIN, 2005, p.19). Na prática, da implantação dos programas, o processo de maturação de muitas indústrias foi interrompido bruscamente e a indústria que vem surgindo depois disso é centrada nos recursos naturais abundantes em cada país.

## 2. Metodologia e Base Empírica

O modelo constant market share (CMS) foi utilizado para identificar alguns fatores determinantes do valor das exportações agrícolas brasileiras. A aplicação do modelo foi feita em duas etapas. A primeira visa identificar a importância relativa das mudanças nos preços e quantidades no valor das exportações agrícolas do Brasil. A segunda visa avaliar a competitividade do país no mercado internacional.

### 2.1. Análise das mudanças nos preços e quantidades exportadas

Seja  $X_{it}$  o valor total das exportações do país  $i$  em determinado período  $t$ :

$$X_{it} = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt}$$

onde:  $P_{ijt}$  = preço do produto  $j$  exportado pelo país  $i$  no período final  $t$

$Q_{ijt}$  = quantidade do produto  $j$  exportada pelo país  $i$  no período final  $t$

No período inicial (0) o valor total das exportações é:

---

<sup>9</sup> GONÇALVES (2000) foi um dos que introduziu o debate no Brasil. Denominou “reprimarização” ao resultado da maior participação da agricultura no comércio exterior brasileiro o que, para ele, significou uma inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio.

<sup>10</sup> Os setores mais dinâmicos e que mais ganharam peso no produto são: refino de petróleo e petroquímica, fabricação e manutenção de máquinas e tratores e siderurgia. Os setores que lideraram o crescimento econômico foram: extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e agropecuária (IEDI, 2005).

$$X_{i0} = \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ij0}$$

O crescimento ocorrido no valor exportado entre o período inicial e final ( $\Delta X_i^O$ ) é:

$$\Delta X_i^O = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt} - \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ij0}$$

A mudança no valor depende das alterações no preço, no volume das exportações e na flexibilidade da pauta, efeitos que podem ser estimados pela seguinte expressão:

$$\Delta X_i^O = (X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0}) + \{X_{it} - [(X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0})]\}$$

onde:  $X_{it}^P = \sum_{i=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ij0}$

$$X_{it}^Q = \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ijt}$$

$$(X_{it}^P - X_{i0}) = \text{efeito preço}$$

$$(X_{it}^Q - X_{i0}) = \text{efeito quantidade}$$

$$\{X_{it} - [(X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0})]\} = \text{efeito flexibilidade da pauta}$$

O efeito flexibilidade da pauta é obtido por resíduo e, quando apresenta sinal positivo significa que predominam produtos em que o preço varia na mesma direção da quantidade. Sinal negativo indica predomínio de produtos cuja quantidade exportada cresce a despeito de queda no preço.

## 2.2. Análise da competitividade

Nesta etapa a idéia é decompor a diferença entre o crescimento ocorrido nas exportações do país  $i$  e o crescimento potencial nos efeitos composição da pauta e competitividade. O crescimento potencial é entendido como o crescimento que teria ocorrido se as exportações de  $i$  tivessem o mesmo crescimento das importações mundiais. Indica, portanto, quanto deveria ter crescido as exportações de  $i$  para manter constante sua participação nas importações mundiais<sup>11</sup>.

Seja  $M_{w0}$  e  $M_{wt}$  o valor total das importações mundiais no período inicial e final, respectivamente:

$$M_{w0} = \sum_{j=1}^n M_{wj0} \quad \text{e} \quad M_{wt} = \sum_{j=1}^n M_{wjt}$$

Seja  $m$  o crescimento das importações mundiais entre o período inicial e final.

$$m = \frac{M_{wjt}}{M_{wj0}} - 1$$

<sup>11</sup> O método foi empregado recentemente por PUGA et al. (2005) para avaliar o desempenho do comércio Brasil-China no período 1995-2002.

Então o crescimento potencial das exportações de  $i$  ( $\Delta X_i^P$ ) é dado por:

$$\Delta X_i^P = m \sum_{j=1}^n X_{ij0}$$

Se  $\Delta X_i^O = \Delta X_i^P$ , então o crescimento ocorrido nas exportações de  $i$  é igual ao crescimento potencial, e o país manteve seu market-share no mercado internacional. O modelo CMS permite decompor a diferença entre o crescimento ocorrido e o potencial de forma a identificar mudanças na composição da pauta e na competitividade:

$$\Delta X_i^O - \Delta X_i^P = \sum_{j=1}^n (m_j - m) X_{ij0} + \sum_{j=1}^n (X_{ijt} - X_{ij0} - m_j X_{ij0})$$

onde:  $m_j$  = crescimento das importações mundiais do produto  $j$

$$\sum_{j=1}^n (m_j - m) X_{ij0} = \text{efeito composição da pauta de exportação}$$

$$\sum_{j=1}^n (X_{ijt} - X_{ij0} - m_j X_{ij0}) = \text{efeito competitividade}$$

O crescimento das exportações acima do crescimento potencial pode ser devido à concentração das exportações em produtos cuja demanda mundial esteja em expansão (efeito positivo da composição da pauta de exportação) e/ou ao aumento do *market-share* do país no mercado internacional (efeito positivo da competitividade).

### 2.3. Base empírica

A análise foi feita sobre o valor das exportações agrícolas brasileiras, tendo a FAO como fonte de informações para o período 1991-2003 (FAOSTAT, 2005). Para minimizar variações decorrentes de acontecimentos exógenos sobre a produção e comércio, o modelo CMS foi aplicado sobre as médias dos seguintes triênios: 1991-93, 1996-98 e 2001-03. Foram considerados todos os produtos pertencentes à pauta agrícola da FAO que o Brasil registrou alguma exportação nos triênios considerados. A base de dados da FAO registra 617 produtos agrícolas sendo que o Brasil contribui para as exportações de mais da metade deles.

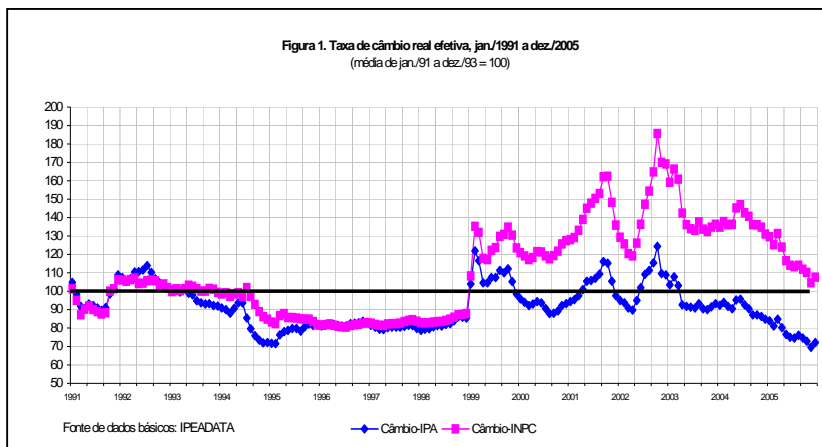
### 3. Discussão dos Resultados

Este trabalho analisa o período 1991-2003, que sucedeu à liberalização comercial da economia brasileira, subdividido em duas etapas tendo a mudança do regime cambial como referência<sup>12</sup>. O confronto das médias dos triênios 1991-93 e 1996-98 visa analisar o desempenho das exportações agrícolas antes da mudança cambial. O cotejo de 1996-98 e 2001-2003 investiga o período posterior a essa mudança. Foi empregado o modelo CMS que tem o mérito de permitir a separação da influência de cada fator sobre as mudanças ocorridas em uma variável entre dois momentos do tempo.

<sup>12</sup> A série analisada vai até 2003 porque até o momento em que os cálculos foram feitos (novembro de 2005) a FAO não havia disponibilizado dados de exportação para período mais recente. A mudança do regime para câmbio flutuante aconteceu em 13 de janeiro de 1999

Antes de passar propriamente aos resultados do modelo, cabe apresentar a evolução da taxa de câmbio real efetiva, que teve bruscas mudanças de direção no período analisado. O IPEA divulga dois índices de taxa de câmbio real efetiva que diferem pelo indexador: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice de Preços por Atacado – oferta global (IPA-OG), aqui denominados câmbio-INPC e câmbio-IPA, respectivamente. Tendo por base a média do primeiro triênio da série (média de 1991-93 = 100) observa-se que em ambos os casos o índice esteve abaixo dessa média em praticamente todo o período 1994 a 1998, que antecedeu a mudança do regime cambial (figura 1).

O cálculo do câmbio-INPC mostra que, dos 60 meses entre jan./1994 e dez./1998, em 40 deles o índice esteve abaixo de 85, indicando apreciação de pelo menos 15% em relação à média do triênio inicial. O índice câmbio-IPA, nunca ultrapassou 100 nesse período, ficou abaixo de 80 por 19 vezes e abaixo de 85 em 50 meses.



Observe-se que na etapa que antecedeu a mudança do regime cambial os dois índices apresentaram tendência bastante semelhante e as diferenças entre eles eram relativamente pequenas: ultrapassaram 10% somente nos 10 meses subseqüentes ao Plano Real. Depois de janeiro de 1999 passaram a divergir mais. Nos 83 meses cujas informações estão disponíveis no momento, a diferença entre eles nunca esteve abaixo de 10%, superou 30% em 66 meses e a máxima diferença foi observada em outubro de 2004 (56,4%).

O câmbio-IPA, que reflete melhor as transações do comércio exterior, mostra com clareza que desde abril de 2003 a taxa de câmbio retomou o processo de apreciação resultando que, em novembro de 2005, o índice da taxa de câmbio real efetiva caiu ao seu ponto de mínimo (69,6), que significa apreciação real efetiva de mais de 30% em relação à média do primeiro triênio da década de 1990.

Era de se esperar que as mudanças no valor real do câmbio se refletissem no comércio exterior brasileiro, mas ao que parece, pelo menos a agricultura pôde superar as dificuldades da apreciação cambial e expandir a exportação de forma expressiva. Esse fato marcou o período pós-liberalização comercial e provocou reversão na tendência da participação da agricultura na economia brasileira.

A menor fração da agropecuária no PIB aconteceu em 1993 (7,56%) e daí em diante, embora com variações, o setor vem apresentando tendência crescente, alcançando 9,90% do PIB em 2003 e 10,09% em 2004<sup>13</sup>. Grande parte desse dinamismo se deve à exportação e o confronto das estatísticas constitui clara evidência nesse sentido: no período 1991-2003, a

<sup>13</sup> Dados do IBGE, disponíveis em: < <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?397972140>>; acesso em 26/11/2005.

taxa média de crescimento real do PIB agrícola foi de 4,4% a.a., enquanto a do valor das exportações foi de 7,2% a.a.<sup>14</sup>

Para manter a participação no comércio agrícola mundial inalterada as exportações brasileiras precisariam crescer 3,0% a.a. entre o primeiro e último triênios da série analisada (crescimento potencial). Na realidade o crescimento ocorrido foi bem maior que isso (7,2% a.a.) e a diferença pode ser explicada por mudanças na composição da pauta ou na competitividade do país no mercado internacional. Observe-se que, medida em dólares, a diferença totaliza cerca de US\$ 6,0 bilhões, mas o efeito composição da pauta mostrou-se relativamente irrisório (US\$ 261 milhões). Isso significa que o grande sucesso da agricultura brasileira no mercado internacional foi devido basicamente à melhoria da competitividade: os restantes US\$ 5,7 bilhões dos US\$ 6,0 bilhões de diferença entre o crescimento ocorrido nas exportações agrícolas e o crescimento potencial (tabela 1).

Tabela 1. Fontes de crescimento das exportações agrícolas, Brasil, 1991-2003

	1991-93 a 1996-98		1996-98 a 2001-03		1991-93 a 2001-03	
	US\$ milhão	%a.a.	US\$ milhão	%a.a.	US\$ milhão	%a.a.
Crescimento ocorrido	6.253	11,2	2.766	3,4	9.019	7,2
Crescimento potencial	2.929	5,8	182	0,2	3.071	3,0
Diferença	3.324	5,4	2.584	3,2	5.947	4,2
- Efeito composição da pauta	1.293	2,1	-1.297	-1,6	261	0,2
- Efeito competitividade	2.031	3,3	3.881	4,8	5.687	4,0

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

A análise por subperíodo mostra maior ritmo de crescimento das exportações agrícolas antes da mudança cambial, quando a taxa de câmbio se encontrava bastante valorizada. Nesse período suas exportações cresceram 11,2% a.a. enquanto as importações mundiais desses produtos cresciam 5,8% a.a. Entre os triênios 1991-93 e 1996-98, o crescimento ocorrido nas exportações agrícolas brasileiras (US\$ 6.253 milhões) foi mais que o dobro do potencial (US\$2.929 milhões).

Parte dessa diferença (US\$ 1.293 milhões) resultou de mudanças na composição da pauta de exportação brasileira, com aumento da participação de produtos cuja demanda mundial estava em crescimento. A outra parte (US\$ 2.031 milhões) resultou de ganhos de competitividade do país no cenário internacional. Em termos percentuais o aumento de competitividade se deu à taxa média anual de 3,3% e a melhoria da composição da pauta de exportação à taxa de 2,1% a.a., efeitos que somados resultam nos 5,4% a.a. que são a diferença entre o crescimento ocorrido e o potencial.

Entre os triênios 1996-98 e 2001-03 o ritmo de crescimento das exportações agrícolas brasileiras arrefeceu, passando para 3,4% a.a. Por um lado esse desempenho pode ser entendido como um grande sucesso, dado que a taxa anual de crescimento das importações agrícolas mundiais foi de apenas 0,2%. Assim, para manter a participação no mercado agrícola mundial, bastaria aumentar as exportações em US\$ 182 milhões, mas o Brasil registrou crescimento de US\$ 2.766 bilhões. Significa, portanto, que houve aumento bastante significativo da competitividade (4,8% a.a.). Por outro lado, o sucesso é relativo uma vez que a composição da pauta apresentou efeito negativo (-1,6% a.a.), o que significa aumentar o

<sup>14</sup> O resultado mostra a comparação do PIB médio para os triênios 1991-93 e 2001-03. As correspondentes taxas de crescimento dos totais do PIB e da exportação foram de 2,7% e 6,1%, respectivamente.

*market-share* do país em produtos com demanda mundial cadente. É a chamada situação de vulnerabilidade, no dizer de FAJNZYLBER (1991)<sup>15</sup>.

O modelo CMS permitiu observar que a agricultura brasileira cresceu em competitividade a partir do início da década de 1990, à taxa média anual de 4% em todo o período analisado. O que tornou o Brasil mais competitivo? O modelo CMS também pode contribuir para responder a esta questão na medida que permite segmentar a variação no valor das exportações nos efeitos: preço, quantidade e flexibilidade da pauta.

Os resultados mostram que antes da mudança do regime cambial, quando a taxa de câmbio encontrava-se significativamente apreciada, os 11,2% a.a. de crescimento das exportações agrícolas foram resultado dos efeitos de alta dos preços (6,9% a.a.), de aumento da quantidade exportada (6,0% a.a.), descontado o efeito flexibilidade da pauta (-1,8% a.a.). Este efeito é obtido por diferença e, quando negativo, indica a concentração em produtos cujos preços variaram em direção inversa às quantidades, contrariando, portanto, a lei geral da oferta (tabela 2).

Tabela 2. Componentes da variação média anual do valor das exportações agrícolas medido em dólar, Brasil, 1991-2003

(em porcentagem)					
Inicial	Final	Preço	Quantidade	Flexibilidade	Total
1991-93	1996-98	6,9	6,0	-1,8	11,2
1996-98	2001-03	-7,3	12,2	-1,5	3,4
1991-93	2001-03	-0,5	9,0	-1,3	7,2

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

A observação direta dos números mostra que nesse período, dos 390 produtos constantes na pauta agrícola brasileira, 49 tiveram aumento da quantidade e redução de preços, sendo que representaram apenas 1,4% do valor das exportações agrícolas de 1996-98. Na situação inversa foram encontrados 104 produtos, com participação de 25,3% no valor exportado. De onde se conclui que, na primeira parte da década de 1990, o efeito flexibilidade da pauta negativo mais se deveu aos produtos que tiveram redução da quantidade exportada, embora os preços estivessem em alta (tabela 3).

Entre os triênios 1996-98 e 2001-03 a situação foi inversa. Com preço em alta e redução da quantidade exportada foram encontrados apenas 29 produtos que contribuíram com 0,3% do valor exportado em 2001-03. Isso significa que os 172 produtos com preços em baixa e volume exportado em expansão, que representavam 88,1% do valor exportado no triênio final da série, foram determinantes do efeito flexibilidade da pauta negativo (-1,5% a.a.).

São eles também os maiores responsáveis pelos efeitos preço e quantidade. Veja-se que esses 172 produtos correspondem a 76% dos que tiveram preço em baixa e a 88% dos que aumentaram a quantidade exportada. O aumento do total do valor exportado, à taxa média anual de 3,4% no período, decorre do predomínio do efeito quantidade (12,2% a.a.), uma vez

<sup>15</sup> Para FAJNZYLBER (1991) a posição de um país no mercado internacional é de vulnerabilidade quando aumenta sua participação no comércio de um produto cuja demanda mundial está em declínio. A aplicação do modelo de FAJNZYLBER (1991) por CARVALHO (2002), em análise do período 1988-99, mostra que quase 80% das receitas brasileiras com exportação agrícola provieram de produtos com demanda decrescente no mercado internacional, sendo 64% correspondentes à situação de vulnerabilidade. Acrescente-se que os produtos nesta situação estão entre os primeiros da pauta de exportação agrícola brasileira: café, soja em grão, açúcar, suco de laranja, fumo e carne bovina.

que os outros efeitos apresentaram sinal negativo. Note-se que a contribuição do preço foi bastante expressiva, com redução à taxa média anual de 7,3%.

A análise de todo o período mostra que na composição do crescimento ocorrido na exportação (7,2% a.a.) o efeito quantidade (9,0% a.a.) prevaleceu, enquanto o efeito preço foi bem reduzido e negativo (-0,5% a.a.). Observe-se que entre os triênios 1991-93 e 2001-2003, dos 390 produtos da pauta agrícola, 177 tiveram aumento na quantidade e 163 registraram queda no preço. Como apenas 48 produtos tiveram alta de preço e queda na quantidade o efeito flexibilidade da pauta desfavorável (-1,3% a.a.) decorre dos 124 produtos que, a despeito da redução nos preços, o Brasil aumentou suas exportações: 82,9% do valor exportado procedem de produtos nessa situação.

Tabela 3. Número de produtos e proporção do valor das exportações agrícolas, Brasil, 1991-03

Informação	Direção	1991-93 a 1996-98		1996-98 a 2001-03		1991-93 a 2001-03	
		Número	%	Número	%	Número	%
Preço	Diminui	49	1,4	172	88,1	124	82,9
Quantidade	Aumenta						
Preço	Aumenta	104	25,3	29	0,3	48	1,0
Quantidade	Diminui						
Preço	Aumenta	93	71,9	23	4,9	53	13,0
Quantidade	Aumenta						
Preço	Diminui	26	0,4	55	6,5	39	1,2
Quantidade	Diminui						
Preço	( <sup>1</sup> )	118	0,9	111	0,1	126	1,9
Quantidade	( <sup>1</sup> )						
Total		390	100,0	390	100,0	390	100,0

(<sup>1</sup>) Informação constante ou igual a zero em um dos triênios

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

A preponderância do efeito quantidade sobre o valor das exportações agrícolas fica mais evidente quando é decomposto o valor das exportações expresso em moeda nacional. O cálculo foi feito tomando o índice mensal da taxa de câmbio real efetiva deflacionada pelo IPA-OG e calculando a média anual da taxa de câmbio. Essa experiência é útil para analisar a contribuição do preço sobre o valor das exportações, descontado o impacto das variações reais do câmbio.

Entre o primeiro e o último triênios analisados houve desvalorização cambial de menos de 1%, resultando em taxa anual de crescimento do valor das exportações em reais (7,2%) igual à obtida pelos cálculos em dólar<sup>16</sup>. No entanto, a análise por subperíodos apresenta divergências interessantes. Entre os triênios 1991-93 e 1996-98 a valorização cambial reduziu a taxa anual de crescimento das exportações de 11,2%, quando o valor é

<sup>16</sup> O índice da taxa de câmbio efetiva real, deflacionada pelo IPA-OG, apresentou média de 108,7 para o triênio 1991-93, de 88,7 para o triênio 1986-88 e 109,7 para 2001-2003. Isso significa que entre o início e o triênio 1986-88 a moeda nacional teve apreciação real de 18,4%. Depois disso, até o final da série passou por depreciação de 23,7%, de forma que a comparação dos extremos mostra que a variação real do câmbio não chegou a 1%.

expresso em dólar, para 6,7%, quando expresso em reais. Essa redução se deveu ao efeito da valorização cambial que neutralizou boa parte do crescimento dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional: de crescimento de 7,0% a.a. em dólar, a taxa passou para 2,6% a.a. em reais (confronte tabelas 3 e 4).

Entre os triênios 1996-98 e 2001-03, apesar da depreciação real efetiva média de 23,7%, a contribuição dos preços das commodities sobre o valor exportado, em real, mostrou redução, à taxa anual de -3,3% a.a. Como o efeito da flexibilidade da pauta também apresentou resultado negativo (-1,1% a.a.), o que explica o consagrado sucesso da agricultura brasileira é o efeito quantidade, cujo crescimento se deu à taxa média anual de 12,2% a.a.

Tabela 4. Componentes da variação média anual do valor das exportações agrícolas medido em reais, Brasil, 1991-2003 <sup>(1)</sup>

(em porcentagem)					
Inicial	Final	Preço	Quantidade	Flexibilidade	Total
1991-93	1996-98	2,6	6,0	-2,0	6,7
1996-98	2001-03	-3,3	12,2	-1,1	7,8
1991-93	2001-03	-0,5	9,0	-1,3	7,2

<sup>(1)</sup> Valor real deflacionado pelo IPA-OG

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

#### 4. Conclusões

A liberalização comercial modificou a estrutura produtiva do Brasil e resultou em crescimento mais acelerado dos produtos obtidos com o emprego mais intensivo de recursos naturais. Alavancada pelas exportações, a agricultura cresceu bem mais que o resto da economia e, por algum tempo, seu desempenho provocou reações entusiasmadas.

A continuidade do crescimento do setor acabou por gerar preocupações, notadamente pelos efeitos sobre a taxa de câmbio. A recente notoriedade das expressões doença holandesa e maldição dos recursos naturais é resultado da extensão à realidade brasileira de conceitos antes aplicados às economias que enfrentaram desindustrialização resultante do crescimento acelerado das exportações de recursos naturais, particularmente petróleo.

A conclusão é que aos superávits agrícolas se deve a apreciação da moeda doméstica, e esta, por sua vez, inibe as exportações de produtos que não refletem as tradicionais vantagens comparativas do país, resultando em desindustrialização. A partir desse encadeamento de raciocínio buscamos explorar as causas do superávit agrícola no período 1991-2003.

A análise permitiu concluir que as importações agrícolas mundiais cresceram menos da metade do crescimento das exportações agrícolas brasileiras, resultando em aumento da competitividade à taxa média anual de 4%. A série foi subdividida buscando evidenciar o desempenho antes e depois da mudança do regime cambial. Os resultados para a primeira fase mostraram que as exportações agrícolas do Brasil cresceram bem mais que seu potencial, fato explicado pelos ganhos em competitividade (3,3% a.a.) somado à melhoria da composição da pauta agrícola (2,1% a.a.).

Na fase posterior à mudança do regime cambial, a expansão das exportações agrícolas também foi muito superior ao seu crescimento potencial. No entanto, os ganhos de competitividade (4,8% a.a.) foram parcialmente neutralizados pela mudança desfavorável na



composição da pauta (-1,6% a.a.). Esta mudança é considerada desfavorável porque implica aumento da vulnerabilidade do país, que aumentou sua participação no comércio de produtos que estão em declínio nas importações mundiais.

Os resultados mostraram também que os propalados ganhos de competitividade da agricultura brasileira são devidos, predominantemente, ao aumento da quantidade exportada. Antes da mudança do regime cambial os preços dividiam a responsabilidade pelo crescimento do valor das exportações, mas como a moeda brasileira estava sobrevalorizada, o câmbio anulava mais da metade dos ganhos para o produtor doméstico. Depois da desvalorização do câmbio parte dos ganhos de competitividade foi neutralizada pela baixa dos preços internacionais dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. Mesmo levando em conta a desvalorização cambial do período, a contribuição dos preços na composição do valor das exportações foi negativa, ou seja, a desvalorização não foi suficiente para compensar a baixa dos preços internacionais..

Acrescente-se que em todo período analisado a pauta agrícola brasileira mostrou grande participação de produtos em desacordo com a lei geral da oferta. É o que explica o efeito flexibilidade sempre negativo. Antes da mudança cambial, cerca de ¼ do valor das exportações procedia de produtos em que o Brasil reduzia a quantidade exportada mesmo com preços em alta. No período posterior o quadro é bem mais grave: 88,1% das exportações provieram do aumento do volume exportado de produtos em baixa no mercado externo.

A conclusão geral é que os ganhos de competitividade da agricultura brasileira foram acompanhados por piora da qualidade dessas exportações. Esse fato é mais evidente depois da mudança do regime cambial, etapa em que o Brasil avançou em volume exportado, mas sua pauta agrícola foi dominada por produtos em declínio no mercado internacional. Como o crescimento foi maior no comércio de produtos agrícolas *in natura*, pode-se inferir que o processo de desindustrialização vitimou também o agronegócio brasileiro, que passou a exportar produtos com menor valor agregado.

#### Bibliografia Citada

BARROS, L. C. M. A “doença brasileira”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2309200508.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Maldição dos recursos naturais. \_\_\_\_\_, São Paulo, 06 jun. 2005a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento como estratégia nacional. São Paulo: FGV jul. 2005b. (Textos para discussão, 144).

CARVALHO, M. A. Comércio agrícola e vulnerabilidade externa brasileira. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 49, t. 2, p. 55-69, 2002.

CEPAL. Globalización y desarrollo. Abril, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/>>. Acesso em: 12 set. 2002.

- CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming sector and de-industrialisation in a small open economy. The Economic Journal, p. 825-848, Dec. 1982.
- FAJNZYLBER, F. Inserción internacional e innovación institucional. Revista de La Cepal, Santiago de Chile, n. 44, p. 149-178, Ago. 1991.
- FAOSTAT database. Disponível em <<http://faostat.fao.org/faostat/form?collection=Trade>>. Acesso em: nov. 2005.
- GASQUES, J. G. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA, fev. 2004 (Texto para discussão, 1009).
- GONÇALVES, R. O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.
- IEDI. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? São Paulo, novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=77&UserActiveTemplate=iedi&infoid=1685>>. Acesso em: 13 fev. 2006.
- IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?262759484>>. Acesso em: fev. 2006.
- JANK, M. S. et al. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. Revista USP, São Paulo, n. 64, p. 14-27, dez./fev. 2004-2005.
- NEVES, M. F. “A década do agronegócio”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 jan. 2004. disponível em: <<http://www.fundacaofia.com.br/pensa/boletim/boletim07.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.
- PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. Disponível em: <[http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes\\_economia/jose\\_gabriel\\_palma.pdf](http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf)>. Acesso em 09 fev. 2006.
- PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. Câmbio, reservas e “doença holandesa”. Valor Econômico, São Paulo, 30 jan. 2006. Disponível em: <[http://www.observatorio.setrab.rj.gov.br/I\\_CENTRAL/artigos/artigo\\_300106.htm](http://www.observatorio.setrab.rj.gov.br/I_CENTRAL/artigos/artigo_300106.htm)>. Acesso em: 10 fev.2006.
- PUGA, F. P. et al. O comércio Brasil-China: situação atual e potencialidades de crescimento. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. (Texto para discussão, 104). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-104.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2006.
- RICUPERO, R. A desindustrialização como projeto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0210200505.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.
- ROWTHORN, R.; COUTTS, K. De-industrialization and the balance of payments in advanced economies. UNCTAD, May 2004. (Discussion papers, 170). Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20044\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20044_en.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2006.
- SHAFIADDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization? UNCTAD, Apr. 2005. (Discussion papers, 179).



Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20053\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20053_en.pdf)>.  
Acesso em: 10 fev. 2006.

STIGLITZ, J. A maldição dos recursos naturais. Valor Econômico, São Paulo, 12 ago. 2004. Caderno A, p 12. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/ef/opinioao/print.cfm?id=119932>>. Acesso em: 09 fev. 2006.

VIEIRA, Fabrício. Dólar pode cair a R\$ 2,10 nesta semana. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 fev. 2006. Caderno B, p. 3.